

Editorial

A Revista SER Social, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Raça, Juventude e Violência – RAJ/UnB, traz nesta edição artigos de temas livres, e artigos com a temática especialmente voltada à problematização da violência, do Estado Penal, da seletividade do sistema de justiça, dos impactos do racismo institucional e dos caminhos possíveis de resistência e reconstrução social. Trata-se do dossiê “Violência e Estado Penal”, temática que, de acordo com levantamentos já realizados, permanece escassa e dispersa no campo do Serviço Social e da Política Social, sobretudo se comparada a outras já consolidadas.

Grande parte do trabalho realizado por assistentes sociais é perpassado por questões que envolvem violência, e sabemos que o Estado penal, assim como o Estado social, é uma das dimensões do Estado no capitalismo, e é igualmente importante para a reprodução da realidade de desigualdades e iniquidades sociais. Mesmo assim, ainda são insuficientes a produção e a organização da produção de conhecimento nesta área, dada a sua importância. Foi por essa razão, e como um esforço de estimular e catalisar discussões nessa seara, que se firmou a parceria entre a Revista SER Social e o Grupo RAJ para a publicação desta edição, que apresentamos a vocês, leitores/as.

Os artigos reunidos no dossiê temático aprofundam, por múltiplas perspectivas, as dinâmicas de violência de Estado e suas reverberações sobre populações vulnerabilizadas. No artigo de Saimo Mota de Souza e Sheyla Suely de Souza Silva, “As contribuições do materialismo histórico-dialético na análise do sistema penitenciário brasileiro”, os/as autores/as recorrem ao método inspirado nos estudos de Marx e seus continuadores para demonstrar o caráter estruturalmente repressivo do sistema penal, propondo a descriminalização de condutas e a superação do punitivismo racializado que marca o cenário brasileiro.

Fabiana Luiza Negri Negri e Paloma de Chaves, em “As mulheres transexuais e o sistema prisional brasileiro”, investigam a realidade de mulheres trans encarceradas na Penitenciária Estadual de Florianópolis, revelando um contexto de violência institucional e apagamento de identidades de gênero, em uma crítica à lógica cisnormativa do Estado Penal. O recorte de gênero também está presente no artigo de Ana Cristina Figueiredo e Márcia Stengel, “A privação da liberdade de mulheres em um presídio misto brasileiro”, que dá voz às experiências de detentas que enfrentam condições insalubres e desumanas, afetando vínculos afetivos, saúde mental e subjetivação, e aponta a urgência de reformas que considerem as especificidades de gênero no sistema prisional.

João Vitor Bitencourt, Daniella Ribeiro, Maryna Paim e Carlos da Silva, no artigo “Guerra às drogas e interferências nos serviços de saúde da Maré/RJ”, demonstram como as incursões policiais e os conflitos armados inviabilizam o acesso à saúde no Complexo da Maré, escancarando a face racista e desumana da política de guerra às drogas. Andrea Pires Rocha, Clara Maria de Carvalho e Letícia Cherobim, em “Proibicionismo, decisão do STF, PEC-45/2023: preço alto para juventude preta e pobre”, por sua vez, analisam os impactos da atual política de drogas sobre a juventude negra, criticando tanto a atuação do Legislativo quanto os limites da atuação do Judiciário diante do avanço do punitivismo.

O texto “Juventude negra e Estado Penal: violência, controle e resistências nas favelas”, de Rachel Gouveia Passos, Isabel Cristina Lopes Barbosa, Priscila Fernandes da Silva e Suellen Silva de Araújo, discute o extermínio da juventude negra brasileira nas periferias do Rio de Janeiro, articulando saberes afro-diaspóricos e experiências culturais para afirmar a resistência e a agência de jovens que desafiam o Estado penal por meio da arte, da memória e da luta política. Em “Medo e dinâmicas criminais: narrativas de jovens em periferias de Fortaleza/CE”, Liana Souto e coautores/as revelam os efeitos psicossociais do medo vivido por jovens periféricos diante das violências produzidas por facções e forças estatais, apontando para o impacto da criminalização e da militarização dos territórios na saúde mental das juventudes.

O artigo “Against State Violence: Social Work and the Pursuit of Abolition”, de Cameron Rasmussen e Durrell Washington, publicado também em português como “Contra a violência de Estado: Serviço Social e busca pela abolição” propõe uma reorientação ética e política do Serviço Social, em direção a práticas abolicionistas que rejeitem a lógica punitiva e abracem formas de trabalho, solidariedade e justiça que se oponham e façam frente à violência de Estado.

Lidiany Cavalcante e Roselayne de Souza, em “Na gaiola do punitivismo: as mulheres familiares de presos em cena”, evidenciam como o encarceramento atinge também mães, esposas e irmãs de presos, impondo-lhes sofrimento psíquico, violências institucionais e estigmatização social, e ampliando os impactos do punitivismo para além dos muros do cárcere.

Lisandro Braga, em “A repressão estatal contrainsurgente durante os governos kirchnerista na Argentina (2003–2013)”, analisa os vínculos entre política econômica e repressão policial, evidenciando como mesmo governos progressistas podem reproduzir formas de controle violento sobre as classes populares, reiterando o caráter estrutural do Estado Penal na América Latina.

Na sessão de temas livres encontramos dez artigos que tratam de diversas temáticas. O trabalho intitulado “Determinantes sociais de saúde e seus impactos no tratamento de crianças ribeirinhas marajoaras (Pará / Amazônia)”, de Letícia Costa de Carvalho e Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, analisa os determinantes sociais de saúde e seus impactos no tratamento de crianças ribeirinhas do Marajó, à luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, destacando as particularidades dessa região no que se refere ao acesso à saúde e à efetivação de direitos.

O artigo “Trabalho, saúde mental, tratar em liberdade no território de Jaicós e Paulista”, de Francisca Maria Carvalho Cardoso e Edna Maria Goulart Joazeiro, analisa o cuidado no trabalho em saúde mental a partir da Rede de Atenção Psicossocial em municípios de pequeno porte do Piauí, com destaque para os desafios desse processo, a exemplo do cuidado em liberdade e do fortalecimento da rede. Ainda na área saúde mental, Ana Carolina Becker Nisiide e Maria Lucia Boarini são autoras do artigo “Entre manicômios e CAPS: o processo de desinstitucionalização da loucura em um município do interior do Paraná”, no qual analisam o percurso de cuidado de um sujeito em sofrimento mental, refletindo sobre o processo de desinstitucionalização da loucura. Por sua vez, Vinícius Araújo Pereira, Luzia Cristina de Almeida Serrano, Giovanni Amadeu de Jesus, Adília Maria Pires Sciarra e Renato Ferreira da Silva são autores do trabalho “Divisão corponormativa do trabalho no âmbito da pessoa transplantada” que evidencia a estigmatização e divisão do trabalho no que concerne a corponormatividade capitalista, apontando para o impacto desses processos na vida da pessoa transplantada.

Os desafios profissionais vivenciados por assistentes sociais em diferentes contextos são objeto dos artigos “A experiência de assistentes sociais na implementação de videochamadas com pacientes internados com COVID-19 em hospital de referência cardiopulmonar em Fortaleza/CE”, de autoria de Edvania Custodio do N. Albuquerque, e “Precarização do trabalho e assédio moral com assistentes sociais nas IFES’s/Pará”, de Mylvia Masako Anaissi Kikuchi e Vera Lúcia Batista Gomes. No primeiro, é analisada a implementação de videochamadas com pacientes internados por COVID-19 e suas repercussões éticas e afetivas. Já o segundo trata do assédio moral enfrentado por assistentes sociais nas Instituições Federais de Ensino Superior no estado do Pará, em um contexto de precarização do trabalho.

A temática de gênero é abordada em dois artigos: “Os discursos de virilidade do presidente “imbrochável” nas celebrações da Independência”, de Danielle Ramos Brasileira, Maurício da Silva Duarte e Leonardo Seixas Machado de Aguiar, que analisa criticamente os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro que reforçam os ideais de virilidade heteronormativa e a posição de “mito” em uma sociedade machista patriarcal; e “Brunir o artesanato, redesenhar o presente: práticas de olaria por mulheres artesãs aratuipenses”, de Rute Pina Moura e Cássia Cardoso Barbosa, que discutem o artesanato produzido por mulheres como uma forma de resistência política e reconfiguração do tempo presente em uma comunidade quilombola da Bahia.

O artigo “Financeirização, Neoliberalismo e políticas sociais: a América latina e as particularidades do Brasil”, de Lúcio Willian Mota Siqueira, trata do impacto do neoliberalismo financeirizado como modelo econômico-social de desenvolvimento para América Latina e problematiza as transferências de renda como política de proteção social.

Por fim, encontramos o artigo “A questão agrária, contratos de arrendamentos de terra e energia eólica”, de autoria de Tarcísio Augusto Alves da Silva, cujo foco de análise é a questão agrária a partir dos contratos de arrendamento de terra para produção de energia eólica em Pernambuco e seus impactos para pequenos agricultores diante da histórica concentração fundiária no Brasil.

É importante o destaque e o diálogo com a capa desta edição, cuidadosamente ilustrada e assinada por Jediael Lucas, o Jedi — um jovem negro artista visual, grafiteiro, ilustrador, e também cientista social e mestrando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), numa trajetória que entrecruza os caminhos da arte, da academia, do hip-hop e do candomblé. Jediael é nascido e criado em Ceilândia, cidade periférica do Distrito Federal, produz sua arte também a partir de vivências e territórios que conhecem de perto os efeitos da violência estatal e a potência das resistências.

A imagem com que Jedi nos presenteou para a capa da revista nos inspira a outras possibilidades de justiça, para além das veredas do Estado penal e da violência para a perpetuação da dominação em uma sociedade de iniquidades. A justiça para a produção da vida, inspiradas pelos valores atribuídos a Xangô, o orixá. Oxê, seu machado sagrado, compõe com o centro da obra, como símbolo de equilíbrio, reparação, e justiça substantiva, em contraponto à ordem e ao progresso às custas da desigualdade, da desumanização racial, e tantas outras violências que sustentam os palácios da modernidade, nos quais o Brasil tem os seus aposentos. Destaca-se o extermínio de jovens homens negros, o grupo populacional que mais perece, sob os desmandos do Estado, e pela própria ação e omissão da sociedade, que lhes subtraem os direitos, ao mesmo tempo que não os protegem da violência que lhes ceifa as vidas. Estes são temas que atravessam boa parte dos trabalhos dessa edição, e certamente uma das principais agendas de pesquisa do RAJ/UnB, que colabora na edição deste número temático.

Inspirada em obras de Abdias do Nascimento e Rubem Valentim, a arte reelabora elementos da bandeira nacional, não para negar, mas para sugerir outras possibilidades de país: um que reconheça as vidas negras e dos demais grupos oprimidos, não como alvo, mas como potência. Ainda escrevemos estas palavras ao dissabor da morte de Guilherme Dias Santos Ferreira, um jovem negro trabalhador de 26 anos, assassinado por um policial em São Paulo ao ser erroneamente identificado como participante de uma tentativa de assalto, a qual não teve qualquer relação. É de violências como essa que tratam, para se insurgirem contra ela, esta arte e os trabalhos publicados nesta revista.

Sugerindo o início da leitura pela capa, que nos inspira a imaginar e a realizar no horizonte uma justiça que seja outra, que não mais Estado penal e violência, e que, sim, seja memória, retomada e autodeterminação em prol de um futuro de paz, desejamos a vocês os melhores proveitos.

Comissão Editorial

Profa. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

<https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

Prof. Dr. Leonardo Ortegal

<https://orcid.org/0000-0001-9363-4624>

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori

<https://orcid.org/0000-0003-4536-5698>

Estagiária

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas